

COLEÇÃO TENDÊNCIAS

Vol. n.º 1

ANETTE GOLDBERG VELASCO E CRUZ
JACQUELINE PITANGUY DE ROMANI
MARY PIMENTEL DRUMONT
LÉLIA GONZALEZ
CELINA ALBANO
PAULO MONTERO
ELÇA DE MENDONÇA LIMA

Madel T. Luz

(organizadora)

O LUGAR DA MULHER

(Estudos sobre a condição feminina
na sociedade atual)



graal

1981

CH

Capa: Fernanda Gomes
Foto: Ricardo Elkind

© Copyright by Madel T. Luz e demais autores

1.ª Edição: fevereiro de 1982

Direitos adquiridos para a língua portuguesa por
EDIÇÕES GRAAL LTDA.

Rua Hermenegildo de Barros, 31-A — Glória
20.240 — Rio de Janeiro — RJ.

Ficha catalográfica
CIP—Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L976 O Lugar da mulher : estudos sobre a condição feminina na sociedade atual / organização de Madel T. Luz. — Rio de Janeiro : Edições Graal, 1982.
(Coleção Tendências ; v. n. 1)

Bibliografia.

1. Mulher — História e condições das mulheres 2. Mulher — Questões sociais e morais I. Luz, Madel T. II. Série.

82-0089

CDD - 301.412
CDU - 396

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	7
Madel T. Luz	
O lar e a maternidade: Instituições políticas	9
Anette Goldberg Velasco e Cruz	
Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil ...	33
Jacqueline Pitanguy de Romani	
Mulher: Natureza e Sociedade	59
Mary Pimentel Drumont	
O machismo como sistema de representações ideológicas recíprocas	73
Lélia González	
A mulher negra na sociedade brasileira	87
Celina Albano e Paula Montero	
Anatomia da Violência	107
Elça de Mendonça Lima	
Delinquência e mulher na legislação penal de 40	127

de casar comigo, . . . , mas homossexual é uma questão de idéia, mas a forma dele pensar é de homem: ganhar dinheiro, ser um bom pai, etc.”

Assim, nossa entrevistada reduz seus desejos e necessidades ao lar, ao casamento, legitimando sua própria opressão através de uma relação de convivência, ao ponto de justificar a necessidade desta relação insatisfatória.

Concluindo-se, pode-se dizer que o machismo visa a afirmar um poder masculino, estabelecendo hierarquias esterilizantes, transformando os grupos sexuais em papéis reificados e hierarquizados, mascarando assim o poder nas relações sociais homem/mulher.

A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA ²

(Uma abordagem político-econômico)

LÉLIA GONZALEZ *

Para Marli Pereira Soares e Walter Rodney

* Socióloga, militante do Movimento Negro
Unificado

I — Introdução

Alguns aspectos de ordem histórica proporcionarão melhor inteligibilidade ao nosso trabalho e melhor entendimento da situação da mulher negra em particular e do povo negro em geral, em termos da sociedade brasileira. Em outras palavras, embora esquematicamente, trataremos da escravidão no Brasil.¹

Oficialmente, o tráfico negreiro iniciou-se em 1550, se bem que já existissem africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras. E já no final do século XVI os escravos constituíam a maioria da população da nova colônia portuguesa. O fenômeno não era novo, pois, de acordo com W. E. B. Du Bois (1971), em Portugal

o declínio da população em geral e o suprimento de mão-de-obra em particular, foi especialmente sentido nas províncias de sul que foram largamente despovoadas. Isso resultou no estabelecimento de um novo sistema industrial. As áreas rurais foram convertidas em extensas propriedades sustentadas por grandes contingentes de escravos negros recentemente trazidos da África. A população do Algarve logo se tornou quase completamente negra; e já na metade do século XVI os negros superavam numericamente os brancos na própria Lisboa. Como os casamentos interraciais ocorreram desde o início,

1. Este texto foi apresentado no Spring Symposium THE POLITICAL ECONOMY OF THE BLACK WORLD, realizado entre 10 e 12 de maio de 1979 na Universidade da Califórnia (UCLA) e organizada pelo Center for Afro-American Studies. Ali tivemos a oportunidade de conhecer e receber o estímulo do grande líder negro Walter Rodney, posteriormente assassinado pela repressão de seu país, a Guiana. Daí a dedicatória. Quanto à Marli, todo mundo sabe. Por outro lado, introduzimos algumas modificações que se encontram sobretudo nas notas de pé de página com a data do ano corrente.

dentro de poucos anos o sangue etíope difundiu-se pela nação, mas ficou notavelmente pronunciado no sul e entre as classes baixas. (Vol. II: p. 478)

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os "casamentos interraciais" nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo². O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistiu em nosso País graças ao processo de miscigenação. Voltaremos a esse assunto.

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, falam do brasileiro como um ser "cordial" e afirmam que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido³. Por aí pode-se imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (afinal, como disse Aristóteles, existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas). Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado. De acordo com as informações que obtivemos da historiadora negra Maria Beatriz Nascimento⁴, já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do nordeste⁵. E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto.

2. Segundo Freyre, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. Todavia, o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra.

3. Que se atente para o fato de como esse discurso se articula com o mito da democracia racial, complementando-o.

4. O objeto principal de suas pesquisas vem sendo a história da formação dos quilombos no decorrer do período escravista, assim como o seu papel enquanto modelos de sociedade alternativa criados pelos negros.

5. O termo *quilombo* provém do quimbundo, língua bantu falada em Angola. A tradução exata seria *capital, povoação, união*. Mas a "tradução" brasileira oficial é: "valhaçouto de escravos fugidos". Interessante observar que, na língua argentina, o mesmo termo significa "bagunça, confusão, *bordel*" (o grifo é nosso) (1980).

Sua distribuição geográfica articulou-se com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados "ciclos da economia brasileira" do período escravista (açúcar, mineração e café, além de outros mais secundários, como algodão, fumo etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos.

Também não é ressaltado pela história oficial o fato de que o primeiro Estado livre de todo o continente americano existiu no Brasil colonial, como denúncia viva do sistema implantado pelos europeus no continente. Estamos falando da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. O que essa história não enfatiza é que o maior esforço bélico despendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês (1630-1654), como se costuma divulgar (Freitas: 1978). O que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socio-econômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma *efetiva* harmonia racial já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para *todos*, sem exceção. Na verdade, Palmares foi o berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o "pretuguês" e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum.

A resistência negra também se deu em termos de movimentos urbanos armados como aqueles que, iniciando-se em 1807 na cidade de Salvador, culminariam com a famosa Revolução dos Malês (muçulmanos) em 1835. Sua importância maior reside no fato de que, diferentemente dos demais, seu objetivo primordial era a efetiva tomada do poder. Nela se destacaria a figura de uma mulher extraordinária, Luiza Mahim, que não só participou da organização, como também da luta armada contra a minoria branca dominante. Como de hábito, também ela manteve uma espécie de concubinato com um branco que acabou por abandoná-la. O fruto dessa relação viria a ser uma das maiores figuras negras do movimento abolicionista, em meados do século passado: Luiz Gama.

Desnecessário dizer que o negro não deixou de também participar nos movimentos de libertação nacional, ocorridos tanto no período colonial quanto no império. Referimo-nos à chamada "Revolta dos Alfaiates", à Confederação do Equador, à Sabinada,

à Balaiada, à Revolução Praieira etc. Mas o fato é que, apesar de sua importante contribuição, o negro jamais recebeu os benefícios obtidos pelos demais setores ("brancos") da sociedade brasileira.

Cabe colocar uma questão: quais as categorias ou tipos de escravos existentes no Brasil de então? De acordo com Freitas (1977), duas eram as categorias de escravos: os produtivos e os não-produtivos, isto é, os que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica do regime (escravos do eito) e aqueles que eram dirigidos para a prestação de serviços (feitores, criados, negros de ganho etc). Importante ressaltar que, para Freitas, de um modo geral, a resistência, os movimentos de revolta armada, partiram da iniciativa dos primeiros. Quanto aos não-produtivos, muitos deles teriam acabado por internalizar a ideologia ou os valores do senhor branco. De um modo geral, também as denúncias das revoltas tramadas partiriam dessa "aristocracia escrava"⁶.

E a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava? Em termo populacionais, sabe-se que o elemento masculino, sobretudo na região das minas, foi predominante entre a escravaria. Entretanto, o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher. Encontramo-la também nas duas categorias de Freitas: a trabalhadora do eito e a mucama. E o que percebemos é que, em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro. É certo que existiram exceções que, apenas, confirmaram a regra. E temos um exemplo, nesse sentido: quem precipitou a eclosão da Revolução dos Malês, obrigando seus participantes a se lançarem na luta antes da data marcada, foi uma mulher. Pelo fato de ter internalizado os valores do senhor, essa mulher denunciou a existência das reuniões secretas onde se planejava a revolução. Isto porque acreditava que seu homem, um liberto, não precisava lutar por uma liberdade que já possuía. Mas, como dissemos acima, nesta mesma revolução houve a figura heróica de Luiza Mahim que, após saberem de sua participação, foi expulsa do Brasil e obrigada a regressar à África originária, deixando em nosso País o filho que continuaria sua luta, a da libertação do povo negro.

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta, uma vez que, trabalhando de sol a sol, sub-alimentada e, muitas vezes, come-

6. Cabe perguntar: por mais que a internalização dos valores do opressor tenha ocorrido, será que essa "aristocracia" reagiu sempre do mesmo modo? O que gostaríamos de assinalar aqui é o fato de essa "aristocracia" ter desempenhado papel muito importante na manutenção da rede de espionagem de um Zumbi, por exemplo (1980).

tendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Após isto, os senhores deles se livravam, mediante a concessão da alforria; e esta significava um tipo especial de "liberdade": a de morrer de fome, em função da invalidez precocemente adquirida (este, o sentido da "lei" dos sexagenários).

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre "livre" das sinhazinhas. E isto sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora⁷. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e de cansaço.

Foi em função de sua atuação como mucama, que a mulher negra deu origem à figura da "Mãe Preta", ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes estórias sobre o quimbungo⁸, a "mula sem cabeça" e outras figuras do imaginário popular (o Zumbi, por exemplo). Vale notar que tanto a "Mãe Preta" quanto o "Pai João" têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo. Entretanto, não aceitamos tais estereótipos como reflexos "fiéis" de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas, é a chamada "resistência passiva". A nosso ver, a "Mãe Preta" e o "Pai João", com suas estórias, criaram uma espécie de "romance familiar" que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso "Volksgeist"⁹.

7. Excelentes exemplos das torturas inflingidas às escravas e aos seus filhos pelas sinhás ciumentas, encontram-se no belo romance de Josué Montello (1975), *Os tambores de São Luiz* (Rio, José Olympio).

8. Espécie de lobisomem com um buraco nas costas e que come crianças malcriadas ou desobedientes. Originário do folclore africano.

9. Que se atente, por exemplo, para as figuras dos "pretos velhos" na Umbanda. Representam exatamente toda uma sabedoria marcada pela astú-

Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro "branco" as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube à "Mãe Preta", enquanto sujeito-suposto-saber¹⁰, a africalização do português *falado* no Brasil (o "pretuguês", como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira.

E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por esta razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isto, apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra, enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira.

Pelo que até agora foi exposto, já se pode perceber a profunda importância do papel da mulher negra em nossa sociedade e como o estudo deste tema assume um valor de tal ordem que acaba por revelar certos aspectos de nossa realidade cultural que muitos pesquisadores nem sequer desconfiam.

II — O lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão

cia, adquirida no decorrer de suas longas vidas, e que se constitui como uma resposta para as diferentes formas de manifestação do racismo em nosso país. Um ponto como o que se segue, dedicado a Vovó Cambinda da Guiné, diz muito mais do que canta: "O Cambinda de Guiné/ Teu pai é Ganga/ O Cambinda de Guiné/ Teu pai é Ganga". Vale ressaltar que a Umbanda, através de suas cantigas ou pontos, fala da *memória* histórica efetiva de um povo oprimido que não se vê representando na "história" oficial que, na verdade, enquanto discurso da ideologia dominante, nada mais é do que chamamos de *consciência* (lugar do esquecimento, da sujeição, da lógica da dominação). Que se atente, por exemplo, para o ponto que assim diz: "Ogum já jurou bandeira/ Nos campos de Humaitá/ Ogum já venceu demanda/ Vamos todos saravá." Na verdade, esse ponto canta a presença anônima do negro na Guerra do Paraguai. (1980).

10. Categoria do pensamento lacaniano. Consiste nas figuras com as quais nos identificamos imaginariamente e que, conseqüentemente, idealizamos, assumindo seus valores como nossos. No caso da criança, a mãe é vista como sujeito-suposto-saber, uma vez que lhe atribuí um saber quase que onisciente. Ora, na medida em que a "Mãe Preta" exerceu a função materna no lugar da sinhá (que na verdade só fazia parir os filhos), inclusive amamentando os filhos da mesma, compreende-se o que queremos dizer (Lacan, 1968). (1980).

que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado, de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam.

Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas *necessariamente falseada*, porque é *necessariamente* orientada e tendenciosa — e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o *conhecimento objetivo* do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada deste sistema social, para mantê-los em seu "lugar", no sistema de exploração de classe (Althusser: 1967, p. 39-40).

Também nos parece importante reproduzir aqui a proposição de Hasenbalg (1978: p. 101-102), apoiada na distinção estabelecida por Poulantzas entre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais (1975: p. 30-31): de um lado, o aspecto principal — o da reprodução dos lugares das classes — e, de outro, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares:

Gostaríamos de propor aqui a perspectiva segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura de classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalistas — ou outras relações, se for o caso — são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (...), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho, pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito.

Em termos de formação econômica, coexistem no Brasil três processos qualitativamente distintos de acumulação: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. Cabe ao capital monopolista a hegemonia sobre os demais, dadas as articulações entre os três setores (formas pré-capitalistas de ex-

ploração da mão-de-obra; capitalismo competitivo e capitalismo monopolista com seus respectivos mercados de trabalho). Vale notar, entretanto, que tais setores funcionam com uma autonomia relativa, apesar de, para o sistema como um todo, qualquer problema surgido num deles, afetar e ameaçar a totalidade do mesmo sistema. Tal tipo de coexistência, por outro lado, demonstra que esse desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma *massa marginal crescente*, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico (Nun: 1978). Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.

O censo de 1950 foi o último a nos fornecer dados objetivos, indicadores básicos relativos à educação e aos setores de atividade econômica da mulher negra. O que então se constatava era o seguinte: nível de educação muito baixo (a escolaridade atingindo, no máximo, o segundo ano primário ou o primeiro grau), sendo o analfabetismo o fator dominante. Quanto às atividades econômicas, apenas 10% trabalhavam na agricultura e/ou na indústria (sobretudo têxtil, e em termos de sudeste-sul); os 90% restantes, concentrados na área de prestação de serviços pessoais.

Quanto aos censos seguintes, apenas o de 1960 conservou o quesito *cor*, no sentido de avaliar sua distribuição nos estados brasileiros. O de 1970 simplesmente o excluiu (e o de 1980 o reinclirá apenas como amostra). As razões apresentadas como justificativa de tal exclusão denominam-se "dificuldades técnicas". Por aí, pode-se constatar como se delineia a intenção de escamotear as informações a respeito da chamada população de "cor" de nosso país, assim como a miséria e o desemprego em que a mesma se encontra. E isto ocultado pelo interesse de aparentar a existência de uma grande harmonia (e igualdade) racial no Brasil (González: 1978).

No período que se estende de 1950 aos dias atuais, ocorreram o desenvolvimento e a modernização que ampliaram diferentes setores industriais, ao lado de uma crescente urbanização. Em face dessa ampliação, a indústria têxtil entrou num processo de decadência que resultou inclusive no fechamento de muitas fábricas¹¹.

11. Eis aqui um dado concreto de como a abertura do mercado brasileiro ao capitalismo monopolista (multinacionais) resultou na satelitização das pequenas e médias empresas do capitalismo competitivo comercial.

Com isso, a mulher negra perdeu muito enquanto operária, apesar de tentar penetrar em outros setores como a indústria de alimentos ou de roupas, onde viria a ser a grande minoria (aqui também o processo de seleção racial favorece muito mais a operária branca ou "morena" do que a negra).

De qualquer modo, novas perspectivas foram abertas nos setores burocráticos de mais baixo nível, que se feminizaram (prestação de serviços em escritórios, bancos etc.). Mas como tais atividades exigem um nível de escolaridade que a grande maioria das mulheres negras não possui, muito mais motivos foram criados no sentido do reforço da discriminação: o contato com o público exige "educação" e "boa aparência". Quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram mais altos níveis de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém. Não são poucos os casos de rejeição, principalmente no caso das multinacionais (que possuem como código de discriminação a sigla *cr*, "colored", colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados como o de secretária bi ou trilingue, por exemplo). Quando nos anúncios de jornais, seção de oferta de emprego, surgem expressões tais que "boa aparência", "ótima aparência" etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas.

As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. É certo que, de 1950 para cá, ocorreu o crescimento das classes médias no Brasil. Todavia, em termos relativos, isto significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (González: 1979 a).

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta

da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares. E tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos nos cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após "adiantar" os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 horas da "manhã") para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então, quando tem de ir às "reuniões de pais" nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas "psicológicos" de seus filhos, que apresentam um comportamento "desajustado" que os tornam "dispersivos" ou incapazes de "bom rendimento escolar" ¹².

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração ("refúgios") nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de "servente" (que se atente para as significações que tal significante nos remete).

De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação "profissional": doméstica e mulata. A profissão de "mulata" é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de "mercado de trabalho". Atualmente, o significante mulata não nos remete apenas ao significado tradicionalmente aceito (filha ou mestiça de preto/a com branca/o), mas a um outro, mais moderno: "produto de exportação". A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mí-

12. A maioria das crianças que são remetidas aos postos de tratamento psiquiátrico ou para entrevistas psicológicas (escolas de primeiro grau) são negras. Neste sentido, a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado (Althusser: 1976), não deixa de reproduzir os mecanismos do racismo e sua perpetuação mediante o reforço de sua internalização (como natural) por nossas crianças. Se a criança negra reage simbolicamente a essa violência simbólica, é considerada "desajustada" ou "mentalmente doente". Aliás, além das prisões, que se atente para a população dos nossos hospícios, do ponto de vista racial. (1980).

nimo de roupas possíveis), através do "rebolado", para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da "democracia racial" brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista: "preta pra cozinhar/ mulata pra fornicar/ e branca pra casar" ¹³. Em outros termos, são sutilmente cooptadas pelo sistema sem se aperceberem do alto preço a pagar: o da própria dignidade. A origem de tal "profissão" encontra-se no processo de comercialização e distorção (para fins não apenas ideológicos) de uma das mais belas expressões populares da cultura negra brasileira: as escolas de samba. Sua invasão, de início, por representantes dos setores ditos progressistas e, em seguida, pelas classes média e alta que introduziram uma série de valores diretamente oriundos do sistema hegemônico, culminou com esse tipo de manipulação/exploração sexual, social e econômica de muitas jovens negras de origem humilde.

Como a mobilidade social ascendente do negro brasileiro se caracteriza por ocorrer em termos individuais, que se pense no tipo de lavagem cerebral a que ele é submetido. Ora, no caso dessas jovens o que acontece é que visualizam esse tipo de trabalho como um meio de ascensão, como uma saída promissora do estado de pobreza em que se encontram. E lá se vão, contratadas para se apresentarem em espetáculos dançantes nas boates, nos restaurantes finos, nos hotéis elegantes etc. Uma ou outra consegue casar-se com algum turista europeu ou se transformar em manequim de certo renome. Mas a maioria acaba por se entregar à prostituição aberta, à bebida e outras drogas e termina como "estrela" dos "inferinhos" que pululam nas grandes cidades. Pelo exposto, pode-se ter uma idéia mais concreta da mobilidade social ascendente a que nos referimos antes.

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem "senhoras" que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é o de que seus jovens filhos

13. É interessante observar que, no que se refere à identificação com a ideologia do dominador, constatamos que o homem negro que consegue ascender socialmente geralmente se casa com mulher branca. Já o inverso, isto é, o casamento branco/negra é proporcionalmente mais raro. (Garcia de Oliveira, Porcaro e Araújo Costa: 1980).

possam "iniciar-se" sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra.

Para finalizar, gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país¹⁴. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc., etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (González: 1979 a). Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro¹⁵, nossa participação

14. Dentre os melhores trabalhos que conhecemos neste aspecto, isto é realizados por mulheres brancas, vale ressaltar os de Hahner (1978), Saffioti (1976), Silverstein (1978) e Moreira Alves (1980). Vale notar que, nos últimos dois anos, o movimento feminista brasileiro tem procurado apontar para a questão da mulher negra e que, nos dias de hoje (1980) já existe a preocupação de um trabalho conjunto com o movimento negro. O texto de Branca Moreira Alves, por exemplo, desenvolve muito bem a questão da articulação entre classe, raça e sexo em nível teórico. Por outro lado, o trabalho que vem sendo feito com prostitutas em São Paulo pela Frente Feminista de Mulheres e a preocupação de uma revisão crítica da Lei Afonso Arinos por um grupo feminista de advogadas demonstram o avanço do movimento feminista, ao colocar a questão do racismo como forma de opressão da mulher. A recente criação da Associação de Pesquisa de Estudos da Mulher (APEM) no Rio de Janeiro, reunindo diferentes grupos e entidades feministas e femininas, também se constitui numa prova importante dos avanços realizados pelo movimento. (1980).

15. Encontro Nacional da Mulher, no Rio de Janeiro, em março de 1979. Já no ano seguinte, no Primeiro Congresso da Mulher Fluminense, realizado em 14 e 15 de junho, todas as propostas que nós, mulheres negras, apresentamos, foram aprovadas por unanimidade pela plenária e constam das resoluções finais do Congresso. Por aí se vê como, com um ano de diferença, houve profundas mudanças nas perspectivas feministas ou femininas com relação à questão racial. Importante ressaltar, é claro, que as mulheres negras também buscaram se organizar e se fazerem representar de maneira mais decisiva com seus dois grupos existentes no Rio de Janeiro: o Luiza Mahim e o Aqualtune. (1980)

causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc., etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Após o encontro, suas organizadoras remeteram para um jornal de esquerda editado em São Paulo, um resumo do que se discutira no decorrer daquela semana. Aconteceu que todo um parágrafo que relatava nossa atuação foi devidamente censurado pelos "progressistas" editores daquele jornal. Como opositores do regime militar, entretanto, também eles (como aquele artigo da Lei de Segurança Nacional) acham que o Brasil é uma democracia racial e que é proibido discutir questões sobre racismo. Neste aspecto, pouca ou nenhuma diferença existe entre os jornais progressistas (a única exceção é aquele denominado Versus, onde existe uma seção intitulada Afro-Latino-América, dirigida por elementos pertencentes ao Movimento Negro Unificado) e os conservadores. Quanto a estes últimos, podemos apontar um fato recentemente acontecido: no dia de nossa chegada aos Estados Unidos (abril de 1979), participamos, juntamente com Abdias Nascimento, num seminário sobre o Brasil, em Nova Iorque. A correspondente internacional do Jornal do Brasil enviou um telex para a redação brasileira, relatando principalmente a atuação dos dois negros presentes, além daquela de outros brasileiros. Do mesmo modo que o progressista, o conservador também excluiu/censurou os parágrafos que nos diziam respeito. Mas se o tema são as "mulatas que não estão no mapa", toda a imprensa faz questão de publicar.

Pelo exposto talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que se utiliza para so-

breviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa.

III — Algumas reflexões, a título de conclusão

Na introdução deste trabalho, referimo-nos aos diferentes modos de resistência/confrontação utilizados pelo negro no período escravista, assim como às formas de resistência passiva (mas ativas quanto à sua eficácia simbólica) representadas pela atuação da "Mãe Preta".

Vale apontar agora um outro tipo de resistência, surgida ainda naquela época (final do século XVIII, início do século XIX) e que perdura até os dias de hoje. Referimo-nos ao candomblé, religião afro-brasileira de origem iorubana e, praticamente, berço das demais religiões negras do Brasil. Seu grande centro de dispersão, como sabemos, é o estado da Bahia, principalmente sua capital, a cidade de Salvador. Objeto da perseguição dos senhores católicos (leigos ou do clero) e da polícia até há poucos anos, atualmente virou moda e, como as escolas de samba e a Umbanda do Rio de Janeiro, sofre os efeitos das investidas do capitalismo monopolista (Silverstein: 1978). Sem entrarmos nos detalhes de sua estrutura, cabe salientar que é liderado principalmente por mulheres: as yalorixás ou mães-de-santo¹⁶. São mulheres negras e pobres que não desempenham um papel apenas religioso/cultural.

Nestas comunidades as mulheres negras e pobres assumem e mantêm posições de poder e dominação sobre, entre outras pessoas, homens brancos de classe média e, menos frequentemente, alta. (...) O papel da mãe-de-santo dá a ela como mulher negra e pobre (e também em vários graus aos grupos em volta dela) talvez a única "entrada" na sociedade dominante. Através das funções que exerce como mãe-de-santo, ela estabelece um mecanismo de acesso aos recursos materiais e humanos apropriados por outras classes (...) que redistribui em maior ou menor medida ao seu grupo. Então, através da religião, ela e seu grupo doméstico conseguem recursos e conexões maiores em termos de rede de in-

16. É bem recente o surgimento da figura do babalorixá ou pai-de-santo na estrutura do candomblé. Os primeiros mais importantes começaram a atuar a partir da década de trinta. (1980)

fluência, prestígio e clientelismo, para melhor sobreviver (Silverstein: 1978, p. 24).

Lembramo-nos aqui das extraordinárias figuras de Mãe Aninha e Mãe Senhora, num passado recente, assim como, nos dias de hoje, da capacidade de liderança de Mãe Estela e da fama de Mãe Menininha. E note-se que em termos de racismo, a sociedade baiana "branca" é uma das mais reacionárias.

Por outro lado, há que ressaltar o trabalho de conscientização de suas irmãs menos favorecidas, efetuado pelas mulheres que atuam no conselho diretivo do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, no Rio de Janeiro; objetivando exatamente o oposto do que acontece com as outras escolas, procuram desmistificar a figura e a "profissão" de mulata, assim como o processo de exploração comercial e de folclorização sofrido pelas escolas de samba tradicionais.

Em termos de Movimento Negro Unificado, a presença da mulher negra tem sido de fundamental importância uma vez que, compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e companheiros¹⁷. Na verdade, o trabalho que vêm desenvolvendo, seja nas discussões prático-teóricas, seja nas favelas, periferia ou prisões, com crianças, adolescentes ou adultos, dá a medida de sua crescente conscientização política¹⁸.

Mas sobretudo a *mulher negra anônima* sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e co-

17. Pesquisas recentemente realizadas demonstram que a divisão racial do trabalho opera de maneira muito mais contundente, em termos de prejuízos para a população negra, do que a divisão sexual do trabalho contra o setor feminino da população brasileira. Queremos dizer que, mais uma vez se confirma a terrível situação da mulher negra, uma vez que em termos de distribuição de rendas, a distância que marca as diferenças entre brancas e negras é muito maior do que aquela separa homens e mulheres (Garcia de Oliveira, Porcaro e Araújo Costa: 1980).

18. De um lado, o avanço na conquista de um espaço para a denúncia do racismo e suas práticas, efetuado pelo Movimento Negro Unificado, obrigou os demais grupos e entidades negras a uma reavaliação de seu papel dentro do Movimento Negro em geral (cuja ação tornou-se muito mais eficiente a partir do ano passado para cá, sobretudo em termos de Rio de Janeiro). Por outro lado, os avanços do feminismo brasileiro também contribuíram para a constituição de grupos de mulheres negras não somente dentro do MNU (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador etc.), como dentro do MN em geral. (1980)

rajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo¹⁹. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel — apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

Los Angeles, 10 de maio de 1979.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Thales de (1975), *Democracia racial: ideologia e realidade* (Petrópolis, Ed. Vozes).
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (1953), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (São Paulo).
- CARDOSO, Fernando H. (1975), *Autoritarismo e democratização* (Rio, Paz e Terra).
- CARDOSO, Fernando H. e IANNI (1960), *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (São Paulo, Companhia Editora Nacional).
- FERNANDES, Florestan (1972), *O negro no mundo dos brancos* (São Paulo, Difusão Européia do Livro).
- FERNANDES (1978), *A integração do negro na sociedade de classes* (São Paulo, Ática).
- FONTAINE, Pierre-Michel (1979), *Models of economic development and system of racial relations: the brazilian development and the afro-brazilian condition* (mimeo.).
- FONTAINE, Pierre-Michel (1980), Transnational relations and racial mobilization: emerging black movements in Brazil, in *Ethnic identities in a transnational world* (Connecticut Wesport, ed. John F. Stack Jr, Greenwood Press).
- FREYRE, Gilberto (1940), *O mundo que o português criou* (Rio, José Olympio Editora).
- FREYRE, Gilberto (1978a), O brasileiro como uma além-raça, in *Folha de São Paulo*, maio, 1978.
- GONZALEZ, Lélia (1979a), *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher* (mimeo.).
- GONZALEZ, Lélia (1979b), *A juventude negra e a questão do desemprego* (mimeo.).
- GONZALEZ, Lélia (1979d), *Racism and its effects in brazilian society in Human Rights* (World Council of Churches, Documentation).
- GONZALEZ, Lélia (1980a), *The Unified Black Movement* (mimeo.).
- HAHNER, June E. (1978), *A mulher no Brasil* (Rio, Civilização Brasileira).

- HASENBALG, Carlos A. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Rio, Graal).
- HASENBALG, Carlos A. (1980), *Race and socioeconomic inequalities in Brazil* (mimeo.).
- IANNI, Octávio (1978), *Escravidão e racismo* (São Paulo, Edit. Hucitec).
- MOREIRA ALVES, Branca (1980), *Ideologia e feminismo* (Petrópolis, Vozes).
- NASCIMENTO, Abdias (1978), *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (Rio, Paz e Terra).
- NASCIMENTO, Abdias (1979), *Mixture or massacre? Essays on the genocide of a black people* (Buffalo, N. Y., Afrodiaspora).
- NUM, V. (1978), Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal, in *Populações "marginais"* (São Paulo, Duas Cidades).
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1976), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (Petrópolis, Vozes).
- SIVERSTEIN, Leni (1978), *Mãe de todo mundo* (mimeo.).
- GARCIA DE OLIVEIRA, Lucia H.; PORCARO, Rosa Maria e ARAÚJO COSTA, Tereza Cristina (1980), *O "lugar do negro" na força de trabalho* (mimeo.).
- QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo (1975), *Preconceito de cor e a mulata na literatura Brasileira* (São Paulo, Ática).
- LACAN, Jacques (1966), *Ecrits* (Paris, Seuil).

ANATOMIA DA VIOLÊNCIA

CELINA ALBANO *
PAULA MONTERO *

* Centro de Defesa dos Direitos da Mulher
(Belo Horizonte)

Agradecemos a Fernanda Arantes e Patrícia Souza
Lima pela colaboração neste ensaio.